

ATO DPGE Nº 035 – DPGE DE 09 DE MAIO DE 2025

Cria e regulamenta provisoriamente a 18ª vaga de Defensor(a) Público(a) para atuação no Núcleo Criminal da Defensoria Pública do Estado do Maranhão

O **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO**, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 17, VI, da Lei Complementar Estadual nº 19, de 11 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO a atribuição do Defensor Público-Geral para praticar atos e decidir as questões relativas à administração geral;

CONSIDERANDO a criação da Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados (VECCO) pela Lei Complementar Estadual nº 240, de 10 de janeiro de 2022, com competência exclusiva para processar e julgar crimes de organização criminosa em todo o território do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO a complexidade das demandas processadas perante a referida unidade jurisdicional, que envolvem investigações extensas, com grande volume probatório e procedimentos sigilosos, exigindo atuação especializada, contínua e altamente técnica da Defensoria Pública;

CONSIDERANDO o aumento exponencial do número de intimações e demandas, consequência da retomada dos processos anteriormente suspensos pela pandemia e pela virtualização processual;

CONSIDERANDO que a VECCO é composta por três magistrados e três promotores de justiça titulares, com decisões colegiadas e atuação conjunta;

CONSIDERANDO o requerimento encaminhado pela Defensora Pública Jaqueline Sampaio de Castro ao Gabinete da Defensoria Pública-Geral, em 30 de abril de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Criar a 18ª vaga de Defensor (a) Público (a) para atuação no Núcleo Criminal da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

Art. 2º As atribuições da vaga serão regulamentadas em ato próprio, com a observância da deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

§ 1º Provisoriamente, até a regulamentação específica, a 18ª vaga de Defensor (a) Público (a) Criminal **atuará perante a Vara Especial Colegiada Dos Crimes Organizados juntamente com a 1ª Defensoria Pública Criminal, com distribuição equitativa de processos.**

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua assinatura.

Gabinete da Defensoria Pública Geral do Estado, em São Luís/MA, 09 de maio de 2024.

GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES
Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão

